

Governo e enfermeiros recorrem à PGR

Ministério da Saúde enviou um “pedido complementar” ao parecer solicitado no ano passado sobre a greve cirúrgica. Sindicatos acusam a tutela de boicote



Enfermeiros estão em greve Às cirurgias programadas até dia 28 de fevereiro

Ana Gaspar
 agaspar@jn.pt

PROTESTO O Governo voltou a pedir à Procuradoria-Geral da República (PGR) que se pronuncie sobre a greve dos enfermeiros às cirurgias programadas em sete centros hospitalares do país. Os dois primeiros dias de greve levaram ao adiamento de 645 (57%) das 1133 programadas, informou o Ministério da Saúde.

Segundo a tutela, o pedido à PGR é “complementar” ao parecer requerido no ano passado, cujo teor não foi divulgado, por causa da primeira greve cirúrgica, que decorreu entre 22 de novembro e o final de dezembro, que levou ao adiamento de 7500 operações.

Na altura, notícias que vieram a público, davam conta de que o Conselho Consultivo da PGR teria considerado a convocatória da greve como lícita, mas questionou a legalidade do

protesto em si, por ser o próprio profissional a decidir o dia, hora e duração da paralisação.

O Ministério também já fez saber que não descarta a possibilidade de recorrer à requisição civil dos enfermeiros. Mas este mecanismo, segundo a lei, só deve ser usado em “circunstâncias particularmente graves”, tendo de ser decidido em Conselho de Ministros.

DENÚNCIA DE BOICOTE

Lúcia Leite, presidente da Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros (ASPE), um dos sindicatos que convocou a greve, adiantou que está a ser preparada “uma denúncia” para ser enviada à PGR e à Provedoria de Justiça.

“O Governo deu indicação às instituições para poderem determinar que todos os enfermeiros se apresentem ao serviço”, o que considera ser um “boicote declarado” a esta greve. O pro-

testo começou a 31 de janeiro e tem o fim previsto para 28 deste mês.

A responsável condenou as declarações do primeiro-ministro, António Costa, que considerou a greve como “selvagem” e “absolutamente ilegal”, rejeitando a acusação de que se trata de uma luta política.

Já Carlos Ramalho classificou as palavras de Costa como “injustas e inoportunas”. Sobre o pedido à PGR, o presidente do Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal (Sindepor) adiantou que, apesar do teor do parecer não ter sido divulgado, a primeira greve “mostrou que não era ilegal nem ilegítima”. Além disso, frisou, declarações anteriores da ministra Marta Temido, já o faziam prever.

Este sindicato enviou uma carta aberta a todas as estruturas sindicais de enfermeiros (são seis) a apelar à união para estabelecer “formas de luta conjuntas.”

SABER MAIS

O que ficou negociado

A criação da categoria de enfermeiro especialista e a contratação de mais profissionais eram duas das reivindicações dos sindicatos, que foram aceites na negociação com os ministérios da Saúde e das Finanças.

Onde não houve acordo

O Governo não cedeu nem no aumento do vencimento base dos enfermeiros em início de carreira nem na redução da idade da reforma. Os sindicatos acusam ainda a tutela de não ter em conta todo o tempo de serviço dos enfermeiros no reposicionamento da carreira. Por exemplo, um enfermeiro especialista entra para a categoria no primeiro patamar e perde todos os anos em que desempenhou as funções.